

Ataliba T. de Castilho

NOVA

# Gramática do Português Brasileiro



editoracontexto

Ataliba T. de Castilho

NOVA

Gramática do  
Português  
Brasileiro



editora **contexto**





# HISTÓRIA DO PORTUGUÊS BRASILEIRO

## HISTÓRIA SOCIAL, MUDANÇA GRAMATICAL

Em 1.3, fiz uma breve apresentação da Linguística Histórica em seus diferentes momentos teóricos. Elementos sobre a formação histórica da gramática do português europeu foram apresentados na seção sobre gramaticalização (veja 2.4).

Este capítulo trata da história social e da mudança gramatical do português brasileiro.

História social de uma língua é o estudo das condições que levaram determinada comunidade a desenvolver uma língua própria, a receber uma língua transplantada, ou mesmo a desaparecer, levando consigo sua língua. Mudança gramatical é o estudo das alterações sofridas na gramática de uma língua-mãe, de que pode surgir uma língua-filha.

Quantos anos terá a língua portuguesa?

Se você quiser considerar os antepassados remotos do português, precisará recuar seis mil anos no tempo, percorrendo a seguinte caminhada:

- (i) Entre 4000 e 3500 a.C: indo-europeu, a “língua-avó” do português, falado por um povo que migrou do norte do mar Negro em direção às planícies do Danúbio. O indo-europeu é a maior família de línguas do mundo, abrigando 60 delas, faladas por 1,7 bilhão de indivíduos, entre falantes nativos e não nativos.
- (ii) Entre 700 a.C até 600 d.C.: latim, língua derivada do ramo itálico do indo-europeu, falado inicialmente na região do Lácio, na península itálica. Entre 218 a.C. e 19 a.C., o latim foi levado à península ibérica, em que se implantaria apenas por volta do ano 400 d.C.
- (iii) Entre o século VII e IX d.C., o latim vulgar dá surgimento ao romance, estágio linguístico que anuncia o desaparecimento do latim e o surgimento das línguas românicas, entre elas o português.
- (iv) Entre os séculos IX e XIII, o romance do noroeste da península ibérica dá origem ao galego-português, posteriormente português.
- (v) A partir do século XVI, o português expande-se pelo mundo, com sua chegada à África, à Ásia e ao Brasil.

Se quiser concentrar-se apenas no surgimento do português, poderá reduzir essa história a novecentos anos, mais ou menos, recuando no tempo até entre os séculos XI e XII, para estudar as transformações do latim vulgar no romance ibérico e o aparecimento dos primeiros documentos escritos na nova língua.



Se quiser concentrar-se na história do português brasileiro, “basta” estudar quinhentos anos de história linguística, começando pela chegada dos primeiros colonos portugueses à baía de São Vicente, em 1532, rebolando aí pelos séculos até chegar ao momento atual.

De um jeito ou de outro, você precisará responder a uma pergunta preliminar: como surgiram as línguas do mundo? Como é fácil supor, foram-se sucedendo as respostas a essa pergunta.

Primeiramente, acreditava-se na hipótese monogenética, segundo a qual todas as línguas derivaram do hebraico, que teria dado origem às línguas hoje conhecidas, depois do episódio da Torre de Babel. Mas a Antropologia foi mostrando que outras culturas humanas para além da judaica dispunham de explicações semelhantes, e a Linguística Comparada comprovou que essa hipótese não podia ser confirmada, dada a grande diferença entre as estruturas das línguas do mundo. Isso tudo sem falar no compromisso teológico que está por trás dessa hipótese. Ora, ciência e teologia nem sempre se dão bem.

A questão da origem mesma das línguas foi então deixada de lado, voltando-se os interesses para (1) a identificação e caracterização das grandes famílias linguísticas; (2) a descrição das “línguas-filhas”; e (3) o estabelecimento das tipologias linguísticas.

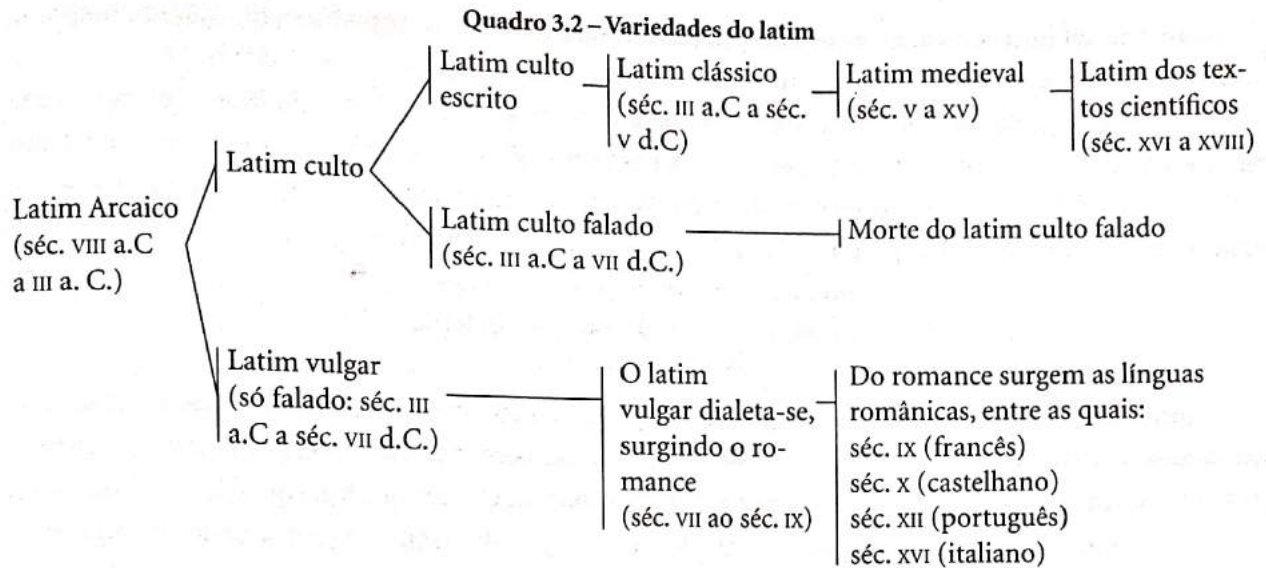
Como resultado da primeira atividade, foram identificadas as seguintes famílias linguísticas, que abrigam as seis mil línguas hoje conhecidas:

#### Quadro 3.1 – As línguas do mundo

1. Indo-europeu: a maior e a mais falada dessas famílias, uma espécie de avô da língua portuguesa. Pelo menos sete ramos captam a complexidade do indo-europeu: (1) hitita, (2) indo-irânico, (3) grego, (4) itálico, (5) germânico, (6) balto-eslavo, (7) armênio. O português deriva do latim vulgar, que integra o ramo itálico; sobre nossa língua, veja Quadro 3.8.
2. Camito-semítico: línguas etiópicas, árabe, aramaico, copta, berbere, hebraico, cuchítico etc.
3. Uralo-altaica: ugro-finlandês (finlandês, este, lapão, magiar), turco-mongol (turco, mongol), samoiedo, tungúsio.
4. Línguas niger-congos.
5. Línguas bantos.
6. Línguas nilo-saarianas.
7. Línguas khoins: bosquímano, hotentote.
8. Línguas caucasianas: georgiano, mingrélio etc.
9. Línguas malaio-polinésias e melanésias: indonésio, malgaxe etc.
10. Línguas da Ásia: línguas dravídicas (tâmul), línguas mundas, línguas tais (laociano, siamês, vietnamita), chinês, línguas mon-khmers (cambodjiano), línguas tibeto-birmanesas, aino, coreano, japonês.
11. Filo ártico americano-paleossiberiano (esquimó etc.).
12. Filo na-dene (língua, entre outras, dos índios apaches e navahos).
13. Filo macroalgonquino (línguas do Canadá e do Norte dos Estados Unidos).
14. Filo Macrossioux.
15. Filo hoka (línguas da Califórnia e do México).
16. Filo penuti (famílias mixe-zoque, totonaca, maia, entre outras).
17. Filo azteca-tano (entre outras, o náutil clássico).
18. Filo oto-mangue (línguas do México e da América Central).
19. Filo macrochibcha (línguas da América Central e do Norte do Brasil).
20. Macrofilo jê-pano-karib, que inclui o filó macrojê no Brasil (tukano, katukina, tupi, entre outras).
21. Macrofilo andino equatorial (quêchua, aimara, faladas por milhões de indivíduos na Bolívia, no Equador e no Peru).

Acredita-se que pelo menos duas mil línguas tenham desaparecido no mundo. Sobraram umas seis mil, de que a metade poderá desaparecer até a metade do século XXI. Concentrando-nos agora no latim, vejamos no Quadro 3.2 suas variedades.





Esse Quadro mostra que do século VII a.C. até o século III a.C., a sociedade romana deveria ter apresentado uma grande homogeneidade. A partir do século III a.C., sobretudo por causa dos contatos com os gregos, a sociedade romana se cindiu em dois grupos socioculturais: os romanos cultos e romanos incultos. Caracterizou-se assim a variedade praticada pelas classes incultas do Império, e que era só falada (= latim vulgar), de onde procede o português e a variedade praticada pelas elites romanas, que era tanto falada quanto escrita (= latim culto). O latim culto escrito, utilizado na literatura romana, desapareceu por volta do século V d.C. e o latim culto falado morreu por volta do século VII d.C. A variedade escrita sobreviveria, ainda que sem o mesmo brilho, no latim medieval da Igreja (séculos V a XVI d.C.) e dos escritórios reais, continuando ainda a ser usado até o século XVIII na literatura científica, quando finalmente seria substituído pelas “línguas nacionais”. Já o latim vulgar nunca desapareceria, pois sobrevive até hoje nas línguas românicas.

Dando agora um enorme salto no tempo, vamos nos concentrar na história do português brasileiro.

### 3.1. HISTÓRIA SOCIAL DO PORTUGUÊS BRASILEIRO

Se você ler os textos sobre a história social publicados na série *Para a história do português brasileiro*, notará que essa área de estudos opera na interface de um conjunto de disciplinas. Veja no final deste capítulo “Leituras sobre a história do português brasileiro”.

1. Interface com a mudança gramatical: estudo das formas linguísticas mais permeáveis à heterogeneidade social, como é o caso dos pronomes de tratamento.
2. Interface com a demografia histórica: estudo da ocupação do território e dos contactos linguísticos assim promovidos.
3. Interface com a variação linguística: estudo da organização da língua através das pesquisas dialetológicas; estudo da formação e expansão da variedade popular e do padrão culto.
4. Interface com a Linguística Textual diacrônica: estudo das tradições discursivas.

A consciência de que o português europeu era uma nova entidade linguística, servindo a uma comunidade, desenvolveu-se em dois centros irradiadores de cultura na Idade Média: os mosteiros, onde se levavam a cabo traduções de obras latinas, francesas e espanholas (Mosteiros de Santa Cruz, em Coimbra, e Mosteiro de Alcobaça), e a Corte, para a qual convergiam os interesses nacionais. Escreviam ali fidalgos e trovadores, aprimorando a língua literária.



Constituída essa consciência linguística, passamos ao século XVI, quando a questão da língua se resumirá à afirmação de sua importância, de sua expansão, em oposição ao castelhano.

Gramáticos portugueses dos séculos XVI e XVII proclamam as virtudes da língua pátria, capaz de veicular quaisquer tipos de sentimentos e arraoados. Eles se opunham àqueles que julgavam as línguas românicas veículos toscos, insuficientes para as altas criações do espírito. Segundo estes, bom mesmo era o latim. E aqui entra Camões, com seus célebres versos

*E na língua, na qual quando imagina  
Com pouca corrupção crê que é a latina  
(Os Lusíadas I, 33)*

A ninguém passou despercebida a relação entre a expansão do Império e a língua portuguesa, que seria levada aos quatro cantos do mundo. Escritos evidenciam essa percepção, como se pode ler nos primeiros gramáticos, um dos quais, João de Barros, escreveu as *Décadas da Ásia*, em que trata igualmente do assunto.

Paralelamente a isso, diversos autores portugueses “castelhanizam” não por uma suposta inferioridade da língua portuguesa, mas por ser o castelhano culturalmente mais importante e de maior penetração. Esse sentimento da língua portuguesa como culturalmente menos importante levou Fernão de Oliveira a pregar sua propagação, pois são os homens que fazem a língua, reconhecia ele, e a valorizar a clareza de sua pronúncia, argumento que se tornou tópico. João de Barros, por sua vez, aconselha o policiamento da língua pelo uso, conceito que tomou de empréstimo a Cícero.

Clarificada e assente a necessidade de cultivá-la, surgem no século XVII os estudos de Duarte Nunes de Leão (*Ortografia e origem da língua portuguesa*).

Nos anos 700, o binômio português-castelhano é complicado com o equacionamento do problema do galego. O padre beneditino Feijóo, de origem galega, reclama a inclusão do português e do galego, entidades indistintas, no seio da família românica. Lembre-se que até então, por um critério arbitrário, apenas o espanhol, o italiano e o francês eram aí compreendidos. A atitude de Feijóo foi também uma resposta aos gramáticos castelhanos que reduziam o português a um subdialeto, uma vez que o derivavam do castelhano. Ressurgem então as apologias da língua portuguesa, uma característica que procede do quinhentismo.

Dois fatos poriam fim à querela suscitada pelo binômio português-castelhano: a independência portuguesa em 1640, depois do episódio da União Ibérica, e a atitude de Verney no século XVIII, propugnando o enriquecimento da língua através da adoção de neologismos, a fuga à imitação servil dos clássicos, e o abandono da roupagem barroca espanhola que sufocava o idioma escrito. Era o racionalismo iluminista que buscava derrocar o princípio da autoridade, estimulando estudos mais aprofundados da língua.

Na fase final do século XVIII, a Arcádia Lusitana propõe o francês como exemplo, movendo a cultura portuguesa de uma sujeição para outra. O fluxo gaulês se avoluma, provocando o renascimento da questão da língua. A Academia Real das Ciências arvora-se em defensora da pureza do idioma (donde o glossário de francesismos preparado pelo cardeal Saraiva), propondo uma volta aos clássicos de 400 e 500 d.C.

Finalmente, o Romantismo vem encontrar os gramáticos atentos ao gênio da língua e ao papel do povo em sua elaboração. Já agora a questão da língua é entregue à ciência, personificada em Francisco Adolfo Coelho, fundador da Linguística portuguesa. A história da língua passa a incorporar a língua falada. E nisto estamos.

Os seguintes tópicos serão aqui considerados: (1) a expansão do português pelo mundo e sua chegada à América; (2) lusitanização do Brasil: ocupação do território, origens do colono português; (3) índios do Brasil; (4) africanos trazidos ao Brasil; (5) migrantes europeus chegados ao Brasil.



### 3.1.1. EXPANSÃO DO PORTUGUÊS EUROPEU PELO MUNDO

O castelhano e o português foram as línguas românicas que mais se difundiram pelo mundo. A implantação do português no Brasil é parte das grandes navegações empreendidas pelos portugueses.

A partir do século xv, impulsionados pelo Infante D. Henrique (1394-1460), um dos filhos de D. João I, têm início os grandes descobrimentos, que revelaram o caminho marítimo para as Índias, a América do Sul e a passagem para o Pacífico.

Os arquipélagos dos Açores, Madeira e São Tomé e Príncipe ao largo da costa europeia e africana foram os primeiros lugares ocupados fora de Portugal continental. Vejamos como isso se deu.

Na África, Bartolomeu Dias dobra o Cabo da Boa Esperança (1487-88) e os portugueses instalam feitorias na costa do continente. Também as ilhas ao largo da costa africana, tais como as Canárias, hoje possessão espanhola, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe são tocadas pelos barcos portugueses.

Desenvolveram-se nessas ilhas crioulos\* de base portuguesa, sobretudo em Cabo Verde, e em São Tomé e Príncipe.

Mas foi em Angola e em Moçambique que os portugueses viriam a se instalar de forma duradoura, perdendo essas colônias por volta de 1974. Por essa época, esta era a situação da língua portuguesa na África:

Tabela 3.1 – Populações expostas à língua portuguesa na África, segundo Teyssier (1980/1982: 119)

PAÍS	SUPERFÍCIE EM KM <sup>2</sup>	POPULAÇÃO
São Tomé e Príncipe	964	67.000
Ilhas de Cabo Verde	4.033	285.000
Guiné-Bissau	36.125	570.000
Moçambique	782.763	8.715.000
Angola	1.246.700	5.840.000

O português é a língua oficial nesses países, seguindo o padrão europeu, sendo falada por menos da metade da população. Segundo Gonçalves (2004), o Censo de 1997 apurou 16,1 milhões habitantes em Moçambique, dos quais 6 milhões falam português, seja como língua materna, seja como segunda língua, ou seja, 39%. Esse número aponta para um crescimento de falantes de português naquele país. Não disponho de informações recentes sobre Angola.

Continuam majoritárias as línguas locais, sejam os crioulos, sejam, como em Angola e Moçambique, as línguas da família quimbundo, faladas por milhões de indivíduos. Desenvolveu-se uma literatura importante, devendo lembrar-se Luandino Vieira (Angola).

Quanto à Ásia, Vasco da Gama descobriu a rota das Índias, permitindo que Portugal estabelecesse um rico comércio das especiarias indianas, até então acessíveis apenas por terra. A República de Veneza, que dominava essa rota, passa a ter enormes prejuízos.

Na Índia, os portugueses circunscreveram-se a Goa (1510), Damão (1534) e Diu (1535), além de parte da ilha de Timor, na Indonésia. Na China, ocuparam a pequena zona de Macau (1557), quase defronte a Hong Kong. Em matéria de extensão geográfica, os portugueses tiveram mais sucesso no Ceilão, atual Sri Lanka, e em Malaca.

Em consequência das grandes navegações, o português tornou-se língua franca nos portos da Índia e do sudeste da Ásia, entre os séculos xvi e xviii. Em vários portos surgiram crioulos, uma adaptação da língua portuguesa às línguas com as quais ia entrando em contato. Segundo Teyssier (1980/1982), fala-se ainda crioulo de base portuguesa em Goa, Damão e Diu, Ceilão, Java, Malaca e Macau.



Mas a língua portuguesa não viria a fixar-se na Ásia com a mesma força que na América: a Índia portuguesa foi recuperada pela União Indiana em 1961, e o Timor foi anexado pela Indonésia em 1974, tendo-se libertado em 2002.

Chegamos assim à América. Contratado pelos reis castelhanos, Fernão de Magalhães costeia parte da América do Sul, encontrando o estreito que levaria seu nome e que abriria uma passagem para o Pacífico, por ele assim denominado.

Cabral descobre o Brasil em 1500 – depois da passagem de Duarte Nunes Pacheco, em 1498 – e a ocupação do território tem início em 1530. O Brasil é hoje a maior nação de língua portuguesa do mundo.

Falado por mais de duzentos milhões de indivíduos, o português é a oitava língua mais falada no mundo. Apesar da precariedade de alguns dos dados disponíveis, deve ser a seguinte a distribuição de seus falantes:

Tabela 3.2 – Distribuição aproximada dos falantes de português pelo mundo

Portugal	10.000.000
Brasil (Censo de 2007)	185.974.000
Moçambique (Censo de 1997)	6.000.000
Angola	(?) 1.600.000
São Tomé e Príncipe	67.000
Ilhas de Cabo Verde	285.000
Guiné-Bissau	570.000
Estados Unidos	365.300
Goa	250.000
França	150.000
Canadá (Censo de 1971)	86.925
Timor Leste	(parte da população de) 800.000
Macau	2.000

### 3.1.2. LUSITANIZAÇÃO DO BRASIL: OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO, ORIGENS DO COLONO PORTUGUÊS

O povoamento e a implantação da língua portuguesa se deu a partir de oito focos irradiadores, quase todos eles localizados no litoral brasileiro:

- quatro focos no século XVI: São Vicente/São Paulo (1532, 1554), Olinda/Recife (1535), Salvador (1549), Rio de Janeiro (1557);
- dois focos no século XVII: São Luís do Maranhão (1612) e Belém (1616);
- dois focos no século XVIII: Florianópolis (1738) e Porto Alegre (1752).

Cada um desses polos gerou outros tantos centros de irradiação, e ainda hoje as fronteiras sociais não deixaram de expandir-se, sobrepondo-se em alguns casos mais de uma onda demográfica. A partir do final do século XVIII, o português sobrepõe-se à língua geral paulista, ou tupi antigo. Entretanto, na região Norte a língua geral amazônica, ou nheengatu, sobrevive até hoje.

Aparentemente, os colonos portugueses que para cá vieram procediam de todas as regiões da metrópole, notando-se uma provável predominância de portugueses do Sul, dados os seguintes fenômenos fonéticos existentes no português brasileiro: (i) ocorrência absoluta do [s] predorsodental, típico do Sul português, e inexistência do [s] apicoalveolar, típico do Norte de Portugal;



(ii) monotongação do ditongo [ey], como em *primero*, dito [ây] no Norte português, como em *primâyrû*; (iii) manutenção da distinção entre /p/ e /b/, que são pronúncias alternantes no Norte português, ocorrendo tanto *varrer* como *barrer*. Essa é a hipótese meridionalista.

É um fato que os portos portugueses e espanhóis de saída para a América se situavam no sul desses países, e é por isso que se tem falado na hipótese meridionalista da romanização da América: predominância de andaluzes na América espanhola e de sulistas na América portuguesa: Castilho (1998b: 65-66).

Apesar dessas correspondências, a hipótese meridionalista do povoamento português tem sido contestada sob a alegação de que a irradiação dos falares meridionais tinha-se processado já no território português, anteriormente à ocupação do Brasil. O choque de opiniões a esse respeito parece ter amainado ultimamente, desde que o linguista português Luís Felipe Lindley Cintra mostrou que os meridionalismos se disseminaram por todo Portugal antes da lusitanização do Brasil.

Grandes partes do português de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul ficam à margem da influência meridionalista, dadas as fortes influências açorianas no seu povoamento. Há certo consenso em que o português catarinense é a variedade do PB que mais lembra o PE.

Por outro lado, o predomínio do contingente branco parece ser um fato recente no Brasil. Segundo Alberto Mussa (apud Mattos e Silva, 2001b: 281),

a taxa de europeus e brancos brasileiros vai de 30% (séculos XVI à primeira metade do século XIX) a 41% (segunda metade do século XIX), enquanto que os tradicionalmente chamados de “aloglotas”, ou seja, os outros e seus descendentes vão de 70% a 69% (até 1850) e só na segunda metade do século XIX diminuem para 59%. Isto quer dizer que em toda a história brasileira a maioria foi não-branca, isto é, de língua familiar, na sua origem, não portuguesa (70% vs. 30%, do séc. XVI até meados do séc. XIX e daí, numa relação de 59% vs. 41%).

Mattos e Silva (1998: 47) alerta que é melhor não simplificar as coisas, pois os portugueses continuaram vindo até o século XIX, e, com isso, “é muito complexa a relação estrutural entre o português brasileiro e o europeu, e não se reduz à simplicidade com que tem sido formulada desde Serafim da Silva Neto, como a ‘origem regional dos colonizadores’ aqui chegados”.

De todo modo, não deixa de ser notável que no momento de nossa Independência, e mesmo durante o Brasil Império, predominassem não-brancos no país. Foi preciso aguardar o século XIX para que as estatísticas se alterassem, ocorrendo um relativo “branqueamento” da população.

No âmbito do Projeto para a História do Português Brasileiro, foram apresentados três textos de caráter programático sobre a história social: Mattos e Silva (1998), Ramos (1998a) e Castilho (1998d).

Mattos e Silva (1998: 22) considera necessário desenvolver quatro campos de pesquisa:

**a**, reconstrução de uma história social linguística do Brasil; **b**, reconstrução de uma sócio-história linguística ou de uma sociolinguística histórica; **c**, reconstrução diacrônica no interior das estruturas da língua portuguesa em direção ao português brasileiro; **d**, comparação entre o português europeu e o português brasileiro.

O campo **a** “se moverá fundado na história social do Brasil, [sendo assim,] dos quatro campos [...] aquele em que o historiador da língua estará mais próximo do historiador *tout court*” (Mattos e Silva, 1998: 23). Duas vertentes de investigação articulam esse campo: (i) uma referente à reconstrução da articulação entre fatos demográficos e fatos linguísticos; e (ii) outra referente à reconstrução da história da escolarização no Brasil, que a autora aponta como fundamental para compreender-se a polarização entre *norma(s) vernácula(s)* e *norma(s) culta(s)* do português brasileiro.

O campo **b**, ou campo da sociolinguística histórica, “se moverá numa perspectiva de estabelecer correlações entre fatores linguísticos e fatores sociais”, numa linha laboviana (Mattos e Silva, 1998: 23).



Os campos **c** e **d** correspondem ao que, tradicionalmente, se designa como história interna; movem-se ambos, pois, no âmbito de um dos aspectos do problema do encaixamento (veja 1.3.5). Enquanto o objetivo do campo **c** seria o de “descrever e buscar explicitar ou explicar [...] o encaixamento no interior das estruturas e a difusão da variante em mudança pela estrutura”, a questão central do campo **d** seria “verificar se, em comparação com o português europeu, as mudanças ocorridas no português brasileiro já estariam prefiguradas ou encaixadas nele. Para tanto, terá de dispor do conhecimento do português europeu no seu processo histórico de constituição” (Mattos e Silva, 1998: 24).

Para o programa **a**, poderíamos começar pela cronologia da história social do português brasileiro, resumida no quadro abaixo.

Quadro 3.3 – Cronologia da história social do português brasileiro

1500	Descoberta do Brasil, por Pedro Álvares Cabral.
1532	Começo do povoamento, em São Vicente (SP).
1534	Organização das capitanias hereditárias, doadas a pessoas de “pequena nobreza”. Apenas as de São Vicente e Pernambuco dão certo.
1535	Fundação de Olinda e Recife. Tem início a chegada de escravos africanos. O tráfico só terminaria em 1855. Teriam sido trazidos 18 milhões de escravos.
1549	Fundação de Salvador e organização do Governo Geral do Brasil, com sede em Salvador, Bahia.
1550	Povoadores minhotos se instalam em Pernambuco.
1554	Fundação de São Paulo.
1612	Fundação de São Luís do Maranhão.
1616	Fundação de Belém.
1654	O território passa a ser governado diretamente de Lisboa, como duas colônias independentes: o Estado do Brasil, com sede em Salvador, e o Estado do Grão-Pará e Maranhão, com sede em São Luís.
1557	Fundação do Rio de Janeiro.
1738	Fundação de Florianópolis.
1751	O Estado do Grão-Pará e Maranhão passa a ter sua sede em Belém. O irmão de Pombal, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, impõe a língua portuguesa sobre a língua geral do Norte. A lei não deu certo, e até hoje se ouve falar nheengatu na Amazônia.
1752	Fundação de Porto Alegre.
±1790	A língua portuguesa domina sobre a língua geral paulista.
1808	Chegada da família real ao Rio de Janeiro; 16 mil portugueses saem dos navios.
1822	Independência do Brasil.
1832	Fundação das faculdades de Direito de São Paulo e Recife.
1870	Intensifica-se a migração europeia, sobretudo para o Sudeste e o Sul do país.
1889	Proclamação da República.
1922	Movimento modernista.
1930	Estado Novo.
1934	Fundação da Universidade de São Paulo.
1945	Redemocratização do Brasil.
1970	A população urbana excede a população rural.
1980	Expande-se a fronteira rural, surgindo novos centros em Rondônia e Roraima.



O Quadro 3.3 mostra que o surgimento do português brasileiro foi uma consequência da expansão do português pelo mundo, matéria de que tratamos na seção anterior.

### 3.1.3. ÍNDIOS DO BRASIL

À chegada dos portugueses, entre 1 e 6 milhões de indígenas povoavam o território, falando cerca de 300 línguas diferentes, de que sobreviveram hoje cerca de 160.

Essas línguas compreendem dois grandes troncos, o tronco macrotupi e o tronco macrojê, cada qual com suas famílias, línguas e dialetos, além de vinte línguas isoladas, não classificadas em tronco (veja o Quadro 3.2, no qual foram omitidos os dialetos).



Quadro 3.4 – Línguas indígenas do Brasil segundo Rodrigues (1986/1993)

Grupo macrotupi	Grupo macrojê	Línguas isoladas
1. Família tupi-guarani <ul style="list-style-type: none"> <li>• Akuáua</li> <li>• Amanajé</li> <li>• Anambé</li> <li>• Apiacá</li> <li>• Araueté</li> <li>• Assurini</li> <li>• Avá-canoeiro</li> <li>• Caapor</li> <li>• Caiabi</li> <li>• Camaiurá</li> <li>• Cambeba</li> <li>• Cauaibe</li> <li>• Cocama</li> <li>• Guajá</li> <li>• Guarani, uma das línguas oficiais do Paraguai, também falado no Brasil</li> <li>• Oiampi</li> <li>• Tapirapé</li> <li>• Teneteara</li> <li>• Tupi</li> <li>• Tupinambá (extinta no Brasil)</li> <li>• Uaiampi</li> <li>• Nheengatu (língua geral amazônica)</li> <li>• Língua geral paulista, já extinta</li> <li>• Xetá (quase extinta)</li> <li>• Zoe (puturu)</li> </ul>	1. Família bororo <ul style="list-style-type: none"> <li>• Bororo</li> <li>• Umutina</li> </ul> 2. Família botocudo <ul style="list-style-type: none"> <li>• Bacuém</li> <li>• Cracmum</li> <li>• Crenaque</li> <li>• Guticraque</li> <li>• Jiporoque</li> <li>• Minhajirum</li> <li>• Nacnenuque</li> <li>• Nacerré</li> <li>• Naque-nhapemã</li> <li>• Pejaerum</li> <li>• Porixá</li> </ul> 3. Família camacã (extinta)	1. Aicanã 2. Arauá 3. Ariqueme 4. Aruaque <ul style="list-style-type: none"> <li>• Aruaque</li> <li>• Baniua</li> </ul> 5. Canoê 6. Catuquina 7. Caribe <ul style="list-style-type: none"> <li>• Txicão (icpengue)</li> </ul> 8. Coazá 9. Guaicuru 10. Jabuti 11. Macu <ul style="list-style-type: none"> <li>• Dâu</li> <li>• Hupdá</li> <li>• Yuhupéh</li> <li>• Macu</li> <li>• Nadëb</li> </ul> 12. Menqui 13. Mura <ul style="list-style-type: none"> <li>• Mura</li> <li>• Pirahã</li> </ul> 14. Nhambiquara 15. Potiguara (extinta) 16. Puno <ul style="list-style-type: none"> <li>• Caripuna</li> <li>• Catuquina-pano</li> </ul> 17. Ticuna (tucuna) 18. Tucano (betoia) <ul style="list-style-type: none"> <li>• Burasana</li> <li>• Desano</li> <li>• Carapanã</li> <li>• Cubéua</li> <li>• Piratapuia</li> <li>• Suriana</li> <li>• Tucanos</li> <li>• Tuiúca</li> <li>• Uanano</li> </ul> 19. Trumaí 20. Txapacura
2. Família ariquéim <ul style="list-style-type: none"> <li>• Caritiana</li> </ul> 3. Família aueti <ul style="list-style-type: none"> <li>• Aueti</li> </ul> 4. Família juruna <ul style="list-style-type: none"> <li>• Juruna</li> <li>• Xipaia</li> </ul> 5. Família maué <ul style="list-style-type: none"> <li>• Maué sateré</li> </ul> 6. Família mondé <ul style="list-style-type: none"> <li>• Aruá</li> <li>• Cinta-larga</li> <li>• Mondé</li> <li>• Suruí-paíter</li> <li>• Zorá</li> </ul> 7. Munduruci <ul style="list-style-type: none"> <li>• Mundurucu</li> <li>• Curuaia</li> </ul> 8. Família puroborá <ul style="list-style-type: none"> <li>• Puroborá</li> <li>• Curuaia</li> </ul> 9. Família mundurucu <ul style="list-style-type: none"> <li>• Mundurucu</li> </ul> 10. Família ramarama <ul style="list-style-type: none"> <li>• Caro (arara)</li> </ul> 11. Família tupari <ul style="list-style-type: none"> <li>• Ajuru</li> <li>• Macurape</li> <li>• Mequém</li> <li>• Saquirabiar</li> <li>• Tupari</li> </ul>	4. Família carajá <ul style="list-style-type: none"> <li>• Carajá</li> <li>• Javaé</li> <li>• Xambioá</li> </ul> 5. Família cariri (extinta) 6. Família guató <ul style="list-style-type: none"> <li>• Guató</li> </ul> 7. Família fulniô (iatê, carnijó) <ul style="list-style-type: none"> <li>• Fulniô (iatê, carnijó)</li> </ul> 8. Família jê <ul style="list-style-type: none"> <li>• Apinajé</li> <li>• Aquém</li> <li>• Caiapó</li> <li>• Caingangue</li> </ul> 9. Família ianomâmi <ul style="list-style-type: none"> <li>• Ianomam</li> <li>• Sanuma</li> <li>• Ianan ou ninan</li> <li>• Ianomamo</li> </ul> 10. Família timbira <ul style="list-style-type: none"> <li>• Panará</li> <li>• Suiá.</li> <li>• Xoclengue</li> <li>• Masacará (extinta)</li> </ul> 11. Família maxacali <ul style="list-style-type: none"> <li>• Maconi</li> <li>• Malali</li> <li>• Panhame</li> <li>• Pataxó (extinta)</li> <li>• Pataxó-hã-hã-hãe (extinta)</li> <li>• Ofaiê</li> </ul> 12. Família puri (extinta) 13. Família ricbacta <ul style="list-style-type: none"> <li>• Ricbacta</li> </ul>	



O Quadro 3.4 expõe a extrema complexidade linguística encontrada pelos portugueses, embora, como é óbvio, eles não tivessem tido contato imediato com todas essas línguas. A dificuldade de sua classificação transparece nesse quadro, que certamente não gozará de unanimidade entre os indigenistas brasileiros. Para informações acuradas, veja Rodrigues (1986) e Seki (1999).

Os índios do tronco macrojê ocupavam as selvas abertas, isto é, os cerrados do Brasil Central. Esses índios são altos, corpulentos, construía aldeias circulares, bem definidas, ocupando terrenos amplos. Não eram nômades. Algumas das tribos ligadas a esse tronco habitavam o Vale do Paraíba, no estado de São Paulo, e possuíam o [ɾ] retroflexo, presente no falar caipira.

Os índios do tronco macrotupi eram nômades, ocupavam toda a costa brasileira quando os portugueses chegaram. De hábitos discretos, mais arredios que os jês, têm estatura média e construía suas aldeias de modo irregular.

Com a chegada dos portugueses, os tupi-guaranis não podiam fugir para o interior do país, pois esse território estava ocupado pelos jês, seus inimigos. Contornaram então o território destes e foram para o Paraguai, o litoral do Nordeste e a Amazônia, espalhando-se mais que os jês. No século XVIII eles começam a voltar para o Sul, e encontram-se narrativas de viajantes do século XIX a esse respeito. Valendo-se do Caminho do Peabiru, atravessaram o Paraná e entraram no estado de São Paulo à altura de Peruíbe, subindo o litoral até Aracruz, no Espírito Santo, ocupando todo o litoral paulista.

Designados genericamente *tupinambás* por nossos primeiros cronistas – que se referiam com certeza às tribos que habitavam o litoral – as populações indígenas foram sendo dizimadas, restando hoje cerca de 300 mil indivíduos, distribuídos por cerca de 160 línguas.

Rodrigues (1993: 85) apresenta um quadro das línguas indígenas do Brasil e de sua distribuição pelo território brasileiro. Quanto às relações entre portugueses e indígenas, ele destaca em trabalho posterior a importância do desenvolvimento das línguas gerais, que não são pidgins ou crioulos, “mas continuações de línguas indígenas que passaram a ser faladas pelos mestiços de homens europeus e mulheres índias”.

Dois línguas gerais, já aqui referidas, desenvolveram-se no Brasil: a língua geral paulista e a língua geral amazônica, também chamada *nheengatu*. A língua geral paulista

foi-se constituindo já no século XVI, tendo como base a língua dos índios tupi de São Vicente e do alto rio Tietê, uma língua tupi-guarani ligeiramente diferente da língua dos tupinambá. Foi a língua dos mamelucos paulistas e, com as bandeiras, foi a língua de penetração no interior de São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso e Paraná. Pela segunda metade do século XVIII passou a perder terreno para o português e seus últimos falantes devem ter morrido no início do século XX (Rodrigues, 1993: 97).

A expressão “língua geral” tem sido utilizada na literatura com mais de um sentido, conforme nos ensina Mattos e Silva (2004):

1) Como “língua geral brasileira”, falada por mulatos e brancos brasileiros a partir do século XVIII. Essa língua geral não é africana nem indígena, “mas sim continuadora do português”: (Mattos e Silva, 2004: 21). É a língua geral do Brasil caipira (Mattos e Silva, 2004: 78). A documentação colonial usa essa expressão em contextos como “falar a língua geral”, “usar a língua geral”, “saber a língua geral”, referindo-se a um “português simplificado, com interferências das línguas indígenas e também das línguas africanas” (Mattos e Silva, 2004: 79 e 95).

2) Como “línguas indígenas”, conforme dito anteriormente. Incluem-se nessa designação a “língua geral amazônica”, de base tupinambá, cujo remanescente é o *nheengatu*, a “língua geral paulista”, de base tupiniquim e guarani, e também a “língua geral de base cariri”, difundida no Nordeste do país (Mattos e Silva, 2004: 81).

3) Como “língua criada pelos jesuítas”. Câmara Jr. (1963, apud Mattos e Silva, 2004), destaca que os defensores do substrato indígena buscaram apoio não em línguas indígenas reais, mas na língua geral, isto é, no tupi missionário “fabricado” pelos jesuítas. Segundo ele, os jesuítas, baseando-se



no tupi, constituíram uma língua de comunicação – a língua geral – para ser usada como língua de catequese. A língua geral, o tupi missionário, caracterizava-se como um tupi despojado de “seus traços fonológicos e gramaticais mais típicos para se adaptar à consciência linguística dos brancos e o português nela atuou assim, impressivamente, como ‘superestrato’” (Câmara Jr., 1963: 76).

4) Como “línguas africanas” de base banto, falada na zona de mineração (Câmara Jr., 1963: 97).

Tem-se destacado o papel desenvolvido pelos bandeirantes na organização de expedições formadas por índios e por mamelucos para a caça a outros índios. Segundo Fausto (1994/1998), “a grande bandeira de Manuel Preto e Raposo Tavares que atacou a região de Guaíra em 1629, por exemplo, era composta de 69 brancos, 900 mamelucos e 2 mil indígenas”. Quando não apresavam índios, os bandeirantes alugavam seus serviços e partiam à caça de índios ou negros rebelados. Domingos Jorge Velho e Matias Cardoso de Almeida se deslocaram até o Rio Grande do Norte para combater os índios, na chamada Guerra dos Bárbaros (1683-1713). E “o mesmo Domingos Jorge Velho conduziu a campanha final de liquidação do Quilombo dos Palmares em Alagoas (1690-1695)” (Fausto, 1994/1998: 78).

Será necessário buscar evidências documentais sobre a língua usada pelos bandeirantes, alguns portugueses, outros paulistas, seja no seu ambiente familiar, seja no “ambiente de trabalho”. Marilza de Oliveira levanta questões instigantes sobre a língua falada pelos “povoadores seiscentistas e setecentistas da Vila de São Francisco das Chagas de Taubaté”, os quais tiveram papel importante nas explorações de ouro em Minas Gerais (Oliveira, 1998a, 1998b). Examinando inventários e testamentos guardados no Arquivo Municipal de Taubaté, ela estuda a constituição das famílias de bandeirantes, tendo constatado o predomínio de esposas brancas, que decerto falariam português em casa, com seus filhos menores. Nas longas expedições ao sertão, seus maridos falariam português com os poucos brancos que os acompanhavam, e a língua geral paulista com os índios. Temos, então, uma situação linguística constituída por falantes nativos (os índios aldeados, as famílias dos colonizadores e os oficiais da administração) e por falantes bilíngues (os bandeirantes, em sua interação com os índios). Esse achado se contrapõe à afirmação frequente segundo a qual só se teria começado a falar português em São Paulo a partir do final do século XVIII.

O grosso das contribuições léxicas para o PB provém do tupi-guarani, que cedeu cerca de dez mil vocábulos, constantes em sua maioria de topônimos e antropônimos, a que se somam substantivos comuns designativos de vegetais e de animais. Não se comprovou algum tipo de influência fonológica ou gramatical, estando pendente de mais pesquisas a eventual importação pelos paulistas do [ɾ] retroflexo dos índios do tronco macrojê.

#### Quadro 3.5 – Contribuições léxicas indígenas ao PB

- (1) Pessoas: *caipira, caipora, cacique, pajé, morubixaba, curumim, cunhã.*
- (2) Comidas: *pururuca, puba, pipoca, maracujá, aipim.*
- (3) Animais, figuras míticas: *gráúna, colibri, arara, acauã, sabiá, irara, sagui, piúm, jaguar, jacaré, uru, urutau, urutu, tatu, jararaca, muçurana, paca, içá, boitatá, taturana, saracura.*
- (4) Vegetais: *imbira, urucu, tapioca, taquara, arará, jenipapo, mandioca, mandi, pitanga, goiaba, taioba.*
- (5) Moradias: *tapera, tipiti, oca, girau.*
- (6) Topônimos e antropônimos: *Iracema, Guaraciaba, Moema, Paraguaçu, Jaçanã, Maracanã, Guanabara, Canindé, Itu, Araraquara, Jaú, Butantã.*

#### 3.1.4. AFRICANOS TRAZIDOS AO BRASIL

O PB foi mais extensivamente exposto à influência das línguas africanas, pois de 1538 a 1855 foram trazidos cerca de 18 milhões de escravos negros, sujeitos a um contato mais intenso com a escassa população branca, em contraposição aos 6 milhões de indígenas.



Darcy Ribeiro justifica uma “demografia hipotética” para o cálculo do número de negros trazidos ao Brasil, tão grande é a disparidade dos números constantes da bibliografia. Segundo esse autor, por exemplo, o número 18 do parágrafo anterior cai para cerca de 7 milhões de indivíduos (Ribeiro, 1995a). Gregory Guy aponta outros números, mas mostra que de todo modo vieram mais negros para o Brasil do que para os Estados Unidos (Guy, 1981).

Os africanos trazidos para o Brasil integram duas culturas: a cultura banto e a cultura sudanesa. A cultura banto cinde-se no grupo ocidental, originário do Congo e de Angola, e no grupo oriental, originário de Moçambique, Tanganica e região dos Lagos. Seus representantes se fixaram no Rio de Janeiro, em São Paulo, Minas Gerais, Pernambuco, Alagoas e no Maranhão.

A cultura sudanesa compreende os fulás, os mandingas, os hausás, os fanti-ashantis, os ewê e os iorubás ou nagôs, originários da costa oeste africana: Sudão, Senegal, Guiné, Costa do Ouro, Daomé e Nigéria. Eles se fixaram principalmente na Bahia, vieram em número menor que os bantos, e dois séculos mais tarde.

Sabe-se que o fracasso da indústria açucareira paulista durante o período colonial tornou desnecessária a vinda de grandes contingentes de escravos. Juntando-se a isso o grande número de imigrantes europeus chegados no século XIX, pode-se reconhecer com Joseph Love que “a composição racial do Estado transformou-se claramente [na primeira metade da República] no sentido da crescente predominância do elemento branco” (Love, 1982: 178).

Estima-se em trezentos o número de palavras africanas que foram incorporadas ao léxico do PB. São ainda escassos os estudos sobre as influências linguísticas africanas. Os primeiros textos atribuem aos africanos simplificações da morfologia nominal e verbal que outros tantos textos atribuem igualmente aos indígenas. Quanto ao léxico, eles procuram identificar as origens do vocabulário africano difundido no Brasil, e esse é o caso de Rodrigues (1933/1945), Mendonça (1935/1973) e Machado Filho (1943).

Quadro 3.6 – Contribuições léxicas africanas ao PB: palavras bantos, segundo Castro (1980)

Palavra banto	Significado
<i>Bagunça</i>	Desordem, confusão, baderna, pândega ruidosa
<i>Banguela</i>	Desdentado ou que tem arcada dentária falha na frente
<i>Beleléu</i>	Cemitério: “ir para o <i>beleléu</i> ” = morrer, sumir
<i>Cachaça</i>	Aguardente que se obtém mediante a fermentação e a destilação do caldo da cana; qualquer bebida alcoólica
<i>Cachimbo</i>	Pito de fumar
<i>Caçula</i>	O mais novo dos filhos ou dos irmãos
<i>Carimbo</i>	Selo; sinete; sinal público com que se autenticam documentos
<i>Encafifa(r)</i>	Amuar; calar-se de repente; envergonhar-se; desagradar
<i>Lengalenga</i>	Conversa fiada, enganosa; discurso longo, enfadonho
<i>Mambembe</i>	Medíocre, de má qualidade, inferior
<i>Maracutaia</i>	Engodo, trapaça
<i>Moleque</i>	Menino, garoto, rapaz; menino negro
<i>Quilombo</i>	Povoação de escravos fugidos
<i>Xinga(r)</i>	Insultar, ofender com palavras
<i>Zonzo</i>	Atordoado, tonto, distraído

A extraordinária complexidade linguística dos povos africanos, associada à prática portuguesa de misturar suas etnias às dos indígenas para dificultar as revoltas, deve ter dado origem, após o século XVII, a um “dialeto das senzalas”, sorte de língua franca, segundo a hipótese de Castro (1980,



2001). Nesse dialeto, tanto quanto nas palavras que passaram para o PB, as línguas bantos tiveram grande importância. Delas provêm as expressões *vir de Aruanda* (isto é, de Luanda, costa norte de Angola), *dançar um Moçambique*, *rainha do Congo* e *congada*.

A esse “dialeto das senzalas” teria sucedido um “dialeto rural”, acentuando-se o aportuguesamento dos africanos e a entrada de africanismos no PB. Sempre segundo Castro (1980: 18-19), desaparece então a estrutura morfológica banto, reinterpretando-se como um radical único suas unidades lexicais complexas. Assim, uma estrutura como [prefixo + radical (+ sufixo)], presente em *ka.N.Domb. ele*, é analisada como *candomblé*; *ka.N.Kund.a* é analisada como *cacunda*, e assim por diante. Na direção contrária, palavras portuguesas com estrutura silábica travada sofrem a abertura dessa sílaba em boca africana, retornando ao PB com essa alteração. É o caso de *sal.var* > *salavá* > *saravá*.

As palavras bantos incorporadas no PB conheceram uma dispersão maior pelas áreas lexicais, como atestam os itens *cacunda*, *caçula*, *fubá*, *angu*, *jiló*, *carinho*, *bunda*, *quiabo*, *dendê*, *dengo*, *samba* etc. Já as palavras da cultura sudanesa concentram-se em 65,7% na linguagem litúrgica dos candomblés, tais como estas palavras do iorubá incorporadas ao português: *afoxé* (“cortejo carnavalesco da Bahia”), *agogô* (“instrumento musical usado no candomblé”), *auê* (“confusão, alvoroço”), *babalorixá* (“pai de santo”), *ebó* (“despacho, oferenda”), *ialorixá* (“mãe-de-santo”), *iansã* (“orixá do fogo, do trovão e da tempestade”), *iemanjá* (“orixá do mar”), *ogum* (“orixá do ferro e da guerra”), *odara* (“bem, bom, bonito”), *orixá* (“divindade”), *oxumaré* (“orixá da riqueza”), *xangô* (“orixá dos raios e do trovão”), *xinxim* (“cozido de galinha com camarões secos, amendoim e castaja de caju”).

É ainda Castro (1980) que destaca as semelhanças entre a estrutura fonológica do português e das línguas bantos: mesmo número de vogais, mesma estrutura silábica, o que explicaria a não emergência de crioulos africanos no Brasil, além de certas características da pronúncia do PB.

### 3.1.5. MIGRANTES EUROPEUS CHEGADOS AO BRASIL

Na segunda metade do século XIX, houve uma grande expansão da lavoura brasileira, combinada com a libertação dos escravos e graves episódios de fome na Europa. Deu-se início a uma forte migração de europeus para as Américas, e o Brasil se transformou no destino de muitos italianos, espanhóis, alemães e portugueses, notadamente depois de 1870.

Muszynski (1986: 27-28) afirma que

o ponto receptor mais flagrantemente afetado pelo movimento migratório no Brasil durante décadas e, por essa razão, o mais propício a uma verificação desta natureza, é seguramente a capital de São Paulo, carro-chefe de uma industrialização que induz à formação de grandes aglomerados urbanos.

Em São Paulo, o trabalho escravo foi substituído nos cafezais paulistas pela mão de obra europeia, sobretudo italiana. Entre 1882 e 1930, chegaram a São Paulo 2,223 milhões de imigrantes, 46% dos quais eram italianos, provenientes inicialmente do Norte da Itália e, depois, do Sul. Seguem-se os portugueses, que responderam por cerca de 18% da migração, totalizando 404 mil indivíduos. Nesse período, os espanhóis representaram 17%, e os demais, sobretudo japoneses, alcançaram 19% (Love, 1982: 27-28).

O ano de 1930 assinalou uma virada na chegada de migrantes a São Paulo. Pela primeira vez, o número de migrantes internos superou na capital o de migrantes externos. A Depressão diminuiu seu ingresso. Entre os que chegaram e os que partiram, em 1940 foram registradas 500 mil pessoas a mais do que se perdeu (Love, 1982: 29). É preciso considerar também os paulistas que deixaram



o estado, numa das expansões da fronteira agrícola brasileira, dos quais 231 mil se dirigiram para o norte do Paraná, por volta da década de 1950.

A partir da década de 1950, registrou-se um aumento drástico da população de nossas metrópoles, o que decerto afetaria o português aí falado. Na maior cidade de língua portuguesa do mundo, São Paulo, ocorreram no século XX dois fluxos migratórios: um do interior do estado e outro do próprio país, dada a atração que a cidade passou a exercer. Graham / Holanda Filho (1980, apud Muszynski, 1986: 22) calcularam os percentuais respectivos.

Quanto ao impacto dos falares nordestinos sobre a linguagem de São Paulo de hoje, uma primeira atividade será mapear os diferentes falares transplantados. Num segundo momento, será preciso medir o grau de integração desses migrantes na sociedade paulista. Finalmente, precisaríamos descrever sua execução linguística, comparando pais e filhos.

Alves (1979) examinou a atitude linguística dos nordestinos com relação ao falar paulista. Ela estratificou seus informantes, dividindo-os em praticantes do “falar baiano” e do “falar pernambucano” – estes, mais valorizados pela população em geral que aqueles.

No caso da metropolização brasileira, continuando com São Paulo como exemplo, Maria Isaura de Queiroz traça as direções tomadas pela conurbação de São Paulo com os municípios vizinhos, tema igualmente versado por Love (1982: 120). Ressalta das tabelas publicadas nesses trabalhos que a fala de São Paulo representa hoje um interessante laboratório linguístico do PB, dado o entrecruze aí em curso de suas variedades regionais e socioculturais.

Algo semelhante deve estar se passando na fala de Brasília. Também aqui as coisas ainda estão por se definir, notando-se desde logo algumas tendências. Stella Maris Bortoni-Ricardo vem estudando há vinte anos a fala de nossa capital. Num trabalho de 1985 ela mostrou que os candangos mais integrados na cidade deixavam mais depressa que os candangos isolados os traços linguísticos mais salientes de sua variedade de origem. Ela notou que a fala dos brasilienses se ressentia de três movimentos: do rural para o urbano, do oral para o letrado e do regional para o suprarregional (Bortoni-Ricardo, 1985).

O movimento do rural para o urbano se deve a que Brasília foi construída numa área de uma rica e tradicional cultura rural – e a fundação da cidade se chocou com essa realidade, simbolizando a alteração da sociedade brasileira, que se urbanizava rapidamente nas décadas de 1950 e 1960 – década esta em que a cidade foi fundada. A cultura rural ainda subsiste, mas certamente será abandonada pelos netos dos antigos moradores do cerrado goiano que compõem hoje a população da capital.

Finalmente, a fala dos brasilienses não reflete uma cultura regional, que aí não se desenvolveu, como aconteceu em outras metrópoles. Foram diluídos os traços linguísticos e culturais dos povoadores da cidade, e a resultante deverá ser um amálgama de características, calcada numa cultura cosmopolita, suprarregional (Bortoni-Ricardo, 1985).

### 3.1.6. NOVAS PERSPECTIVAS SOBRE A HISTÓRIA SOCIAL DO PB

Lobo / Oliveira (2003) mostram que o Projeto para a História do Português Brasileiro tematizou a história social do PB sob três ângulos:

1. Projetos gerais para a história social linguística do Brasil e/ou para a história social do português brasileiro (Mattos e Silva, 1998; Ramos, 1998a).
2. Questões relativas à constituição sócio-histórica do português popular e do português culto brasileiros.
3. Projetos e investigações sobre a história social linguística do Brasil e/ou sobre a história social do português brasileiro em regiões específicas do país.

Com respeito ao tema 2, Lobo / Oliveira (2003: 69) mostram que os textos publicados entre 1998 e 2002 tinham focado a sócio-histórica do português brasileiro



não como uma unidade, mas privilegiando o ponto de vista que o reconhece como uma realidade heterogênea, para a qual, sempre dentro de enfoque sociolinguístico, se distinguem caracterizações que ou o concebem como um diassistema constituído por pelo menos dois subsistemas, também eles heterogêneos, designados de normas vernáculas e de normas cultas, ou o interpretam como um diassistema constituído por três subsistemas, grosso modo correspondentes a uma variedade rural inculta, uma variedade urbana inculta e uma variedade urbana culta.

Com respeito ao tema 3, tem-se notado a aceleração das pesquisas em algumas regiões do país, como é o caso do Projeto Caipira, iniciado em 2007 (Castilho, org. 2009; Módolo, org. no prelo; Torres Morais / Andrade, orgs. 2009).

### 3.2. MUDANÇA GRAMATICAL DO PORTUGUÊS BRASILEIRO

O Projeto para a História do Português Brasileiro estabeleceu inicialmente o seguinte roteiro de indagações sobre a mudança gramatical do PB, segundo Castilho (org. 1998):

- (i) Descrição de fenômenos sintáticos.
- (ii) Ordem dos constituintes sentenciais.
- (iii) Realização plena/nula do sujeito e do objeto.
- (iv) Verbos pronominais e modais.
- (v) Preposição em complementos verbais.
- (vi) Verbos auxiliares.
- (vii) Flexão nominal e verbal.

A adoção desse roteiro pretendia responder especificamente às seguintes questões:

- a) Houve variação ou mudança?
- b) Que lugar têm os resultados encontrados na história social do PB?
- c) Que variações ou mudanças podem ser explicadas por fatores sócio-históricos?

Ribeiro (1998) apresentou uma questão central: a mudança gramatical do PB é uma mudança em relação a que gramática? Moraes de Castilho (1998/2001) mostrou que a gramática do PE quatrocentista explica muitas das características sintáticas do PB atual. Essas considerações agregaram às anteriores as seguintes perguntas:

- d) Quais são as estruturas que o PB desenvolveu a partir do português arcaico e quais as mudanças que se pode creditar ao século XIX, período de relevo para o desenvolvimento do PB (Tarallo, 1991/1993)?
- e) A estrutura gramatical do PB moderno está modelada no século XIX ou há novos desenvolvimentos no século XX?
- f) A mudança está implementada na escrita? A escola recupera os “fósseis linguísticos”?

Relatando as pesquisas sobre esses temas, efetuadas entre 1998 e 2002, Ribeiro / Oliveira (2003) concluíram o seguinte:

Os trabalhos apresentados confirmam as hipóteses de Ribeiro (2001) e de Moraes de Castilho (1998/2001), a saber: (i) o PB é resultado de mais de uma gramática e não pode ser descrito comparativamente apenas em relação ao PE moderno; (ii) algumas questões gramaticais são derivadas das variantes linguísticas do português quatrocentista, cujo desenvolvimento está no domínio do PB.

As mudanças gramaticais creditadas ao português quatrocentista são as seguintes: a) o enfraquecimento da morfologia verbal; b) o apagamento de um dos constituintes do



redobramento sintático, do qual deriva o uso do pronome tônico na posição de objeto e na estrutura possessiva; c) a perda da ordem verbo-sujeito.

No domínio do PB verificamos mudanças na realização dos argumentos e nas preposições em complementos verbais. Na realização dos argumentos, observamos: a) o preenchimento do sujeito nas encaixadas com sujeito correferencial; b) a gramaticalização das formas pronominais, seja na posição de sujeito, seja na posição de objeto; c) a extensão do uso das formas pronominais gramaticalizadas para a realização do sujeito arbitrário; e d) a reorganização do sistema pronominal arbitrário, que sai da órbita da 3ª pessoa para as pessoas do discurso. No que concerne às preposições em complementos verbais, foram registrados os primeiros indícios da perda gradual da preposição *a* nos verbos de movimento, nos verbos dativos e nas estruturas perceptivas e causativas.

No que diz respeito à gramaticalização das preposições nos complementos verbais e à gramaticalização dos pronomes, seja para o sujeito referencial, seja para o sujeito arbitrário, parece que precisamos esperar o século XX para a implementação e a difusão da mudança. Nesse sentido, o século XIX apresenta apenas algumas poucas evidências do que viria a se firmar no século subsequente.

De uma maneira geral, pode-se dizer que a realização dos argumentos verbais, preposicionados ou não, depende do processo de gramaticalização dos elementos pronominais, que se faz gradualmente, em um percurso de longa duração, como mostrou Lopes, no estudo da gramaticalização do item *a gente*, e como mostraram os trabalhos de Duarte e Cavalcante, no estudo do sujeito referencial e arbitrário. Além disso, o apagamento e o preenchimento de um elemento argumental se submetem à hierarquia da referencialidade (Cyrino / Duarte / Kato, 2000), cujos polos são atingidos após um longo período de tempo, dada a interação dos diferentes traços semânticos envolvidos.

É possível que o enfraquecimento da morfologia verbal e o apagamento de um dos constituintes do redobramento sintático sejam mudanças mais instantâneas, retardadas apenas pelas diferentes gramáticas que se alinham com as diferentes ondas migratórias.

Em suma, pode-se dizer que os trabalhos de descrição linguística desenvolvidos no âmbito do PHPB são altamente elucidativos na explicação da formação do PB e a sua continuidade se faz necessária para que possamos delinear o quadro descritivo da sintaxe do português do Brasil e para fornecer explicação gramatical dos epifenômenos descritos, tarefas do PHPB, conforme Castilho (1998d).

Os achados sobre a mudança gramatical do português brasileiro foram distribuídos ao longo dos capítulos desta gramática.

### 3.3. FORMAÇÃO DO PORTUGUÊS BRASILEIRO, OU POR QUE O PORTUGUÊS BRASILEIRO É COMO É?

Uma pergunta que habitualmente nos fazemos é a seguinte: por que o PB é como é? Por que ele é diferente do PE, e como isso aconteceu?

Essas perguntas foram formuladas com mais insistência quando o Brasil se tornou independente de Portugal, em 1822. O nacionalismo que caracterizou a época reclamava que os brasileiros ficassem independentes também linguisticamente. Portanto, já falávamos o brasileiro. O primeiro



formulador dessa preocupação foi Domingos Borges de Barros, o visconde de Pedra Branca, num texto que ele escreveu para o Atlas etnográfico do Globo, preparado por Adrien Balbi (1824-1825): Castilho, 1962, 1989c.

Desde então, descrever, historiar e interpretar o PB foi um tema definitivamente incorporado à cultura nacional. A agenda respectiva tomou pelo menos três direções:

- (1) Já existe uma língua brasileira, que resulta da evolução biológica do PE.
- (2) O PB é como é dada pelas influências que recebeu das línguas indígenas e africanas, sobretudo destas.
- (3) O PB é uma continuação natural do PE, refletindo hoje o que foi em Portugal o português arcaico do século XV. De acordo com esta direção interpretativa, quem mudou foi o PE, depois do século XVIII, e nós ficamos na nossa.

Vamos detalhar isso, e assim você poderá escolher o partido que mais bem o tenha convencido.

### 3.3.1. JÁ EXISTE UMA LÍNGUA BRASILEIRA, QUE REPRESENTA UMA EVOLUÇÃO BIOLÓGICA DO PORTUGUÊS EUROPEU?

A hipótese evolucionista foi muito debatida a partir de 1820, dado o prestígio da Biologia Evolutiva, e também por influência do nacionalismo desencadeado pelo Romantismo. Afirmava-se que, assim como do latim surgira na Europa o português, também deste surgiria na América o brasileiro. Considerava-se que a influência das línguas indígenas e das línguas africanas tinha sido decisiva para a criação de uma nova língua no Brasil. Para um detalhamento dessas posições, veja Castilho (1962, 1989c).

Autores da época – intensamente sacudida pelo nacionalismo, de que resultaria a independência do país em relação a Portugal – apoiavam-se em autores como Hovelacque e Whitney, este grandemente citado, para sustentar sua posição. Ora, Pinto (org. 1978) mostrou que os primeiros defensores do “brasileiro” leram mal Whitney, no qual se encontram afirmações como

a linguagem não é um fato natural, uma propriedade biológica, mas um fato social [...]; [é preciso] reconhecer a sociedade como árbitro soberano pelo qual se decide a questão de saber se uma inovação passará à língua. É preciso que alguém comece: se não o seguem, está abortada (Pinto, org. 1978: LI-LII).

Antecipando-se aos sociolinguistas, esse mesmo autor reconhece que

do trabalho imperceptível de alteração da língua, realizado pelo falante, cujo conjunto lentamente modifica o todo, decorrem variações de ordem geográfica e social, estas diretamente associadas à profissão, grau de educação, idade e classe social (Pinto, org. 1978: LI-LII).

Entendendo mal esses autores, afirmava-se que o surgimento do brasileiro era uma questão de evolução natural, como aquela que ocorria nas espécies. A influência das línguas indígenas e das línguas africanas, um nicho ecológico inexistente em Portugal, tinha tido um peso decisivo para a criação de uma nova língua no Brasil.

Esta posição foi abandonada, mesmo tendo havido a volta do biologismo na Linguística contemporânea, por obra das pesquisas sobre língua e cérebro.

### 3.3.2. O PORTUGUÊS BRASILEIRO DERIVA DE UM CRIOULO?

De uma direção interpretativa sobre o PB fundamentada numa percepção biológica da língua, migramos para uma percepção social da língua: a língua é o que nós somos. Ora, a nação brasileira é bastante mestiça, e isso deveria explicar nossas diferenças em relação a Portugal.



Para entender bem as coisas, os linguistas que sustentam essa direção estudaram os processos de contatos linguísticos dos portugueses com os índios e com os negros. Eles descobriram que há duas fases desses contatos, observáveis também em outras línguas europeias: a fase pidgin\* e a fase do crioulo\*.

Quando falantes de línguas diferentes se encontram, movidos por interesses apenas comerciais, eles desenvolvem espontaneamente uma língua de emergência, bastante rudimentar, denominada pidgin. A criação da palavra pidgin já resulta desse interesse econômico, pois ela é uma alteração do inglês *business*, “negócio”.

Caso os contatos comerciais se consolidem, o pidgin muda de figura, torna-se mais complexo, mais apto para uma comunicação mais rica, e aí evolui para um crioulo. Os crioulos são, portanto, adaptações de uma língua europeia por falantes de outras línguas, em geral africanas e asiáticas, com as quais os europeus entraram em contato por interesse mercantil.

Uma diferença entre crioulo e pidgin é que o crioulo é adquirido na infância, por existirem comunidades de fala crioula. Quer dizer que o crioulo é uma língua “natural”, no sentido de que uma pessoa adquire essa língua ao nascer, como qualquer outra. Já o pidgin não é uma língua natural.

Finalmente, é preciso saber que um crioulo pode “descრიoulizar-se”, identificando-se progressivamente com a língua europeia que lhe deu origem. Isso parece estar acontecendo em Cabo Verde.

Adolfo Coelho, num texto pioneiro sobre a Crioulística de base portuguesa, afirma que “diversas particularidades características dos dialetos crioulos repetem-se no Brasil” lançando pela primeira vez a teoria da base crioula do PB (Coelho, 1881: 43). João Ribeiro, num texto de 1889, reforçou a hipótese crioulista. Segundo esse autor, há uma sorte de “bilinguismo interno” na comunidade brasileira, que pratica a língua portuguesa quando escreve, e uma variedade dialetal, a que chamou “crioulo”, quando fala (apud Pinto, org. 1978).

Também Silva Neto (1951) acreditava que uma base crioula explicaria as diferenças entre o PB e o PE, que começaram a acentuar-se a partir do século XVII. Segundo ele, essa base introduziu inovações no PB ao passo que, num movimento inverso, os falares rurais manifestaram uma tendência conservadora. Se essa hipótese estiver certa, a incontrastável importância dos falares urbanos no Brasil contemporâneo neutralizará a tendência conservadora, acelerando seu afastamento em relação ao PE.

À hipótese crioulista, Melo (1946b/1971) tinha agregado uma explicação ainda não comprovada: a de que a notável uniformidade do PB se deve à difusão dos falares crioulos gerados na costa e levados ao interior pelas bandeiras paulistas. Já Révah (1958) acha muito difícil que crioulos constituídos a partir de contatos distintos (portugueses/indígenas, portugueses/africanos) pudessem ter-se amalgamado, dando surgimento a uma variedade linguística uniforme como o PB. Bom, estudos contemporâneos têm demonstrado que essa uniformidade não é tão forte assim.

Guy (1981) voltou a defender a base crioula do PB, sustentando que nossa língua tem uma base africana. Em seu trabalho, ele exclui a possibilidade de um crioulo indígena, visto que os nativos brasileiros não desenvolveram com os portugueses o tipo de relacionamento social e de situações que costumam levar à crioulização. Ele estabelece um plano cuidadoso para examinar a hipótese crioulista, que se desdobra em duas ordens de discussão: a busca de evidências linguísticas e a história social da crioulização do português.

Sendo o crioulo uma língua de contato, ela vai guardar as marcas típicas de aquisição de uma segunda língua: regularização da flexão, a predominância dos morfemas-raízes, a redução da complexidade derivacional. Guy alerta que é necessário descartar aqui as mudanças espontâneas, de caráter universal, fixando-se naquelas específicas do processo de crioulização:

- (1) Traços fonológicos como a perda do /s/ em posição de travamento silábico e a desnascença de vogais e ditongos finais, comuns à história do português e à de outras línguas românicas, não podem ser atribuídas a uma base crioula.



- (2) O mesmo não ocorre com traços morfológicos e sintáticos como a concordância nominal e verbal, particularmente a marcação do plural no primeiro termo da expressão, como em *as criança*, e a preservação da concordância verbal unicamente nos casos de saliência morfológica, como em *os menino são alto*, em comparação com *os menino fala* (veja 10.2.1.4). Nesse caso, a ausência de concordância se deve à falta de saliência morfológica entre fala e falam. Guy enfatiza que esses casos não têm precedentes na história do português,

Segundo Guy, o último fenômeno fornece evidências indiretas à hipótese crioulista, pois num primeiro momento as regras de concordância foram apagadas, desaparecendo a concordância nominal e verbal, e num segundo momento, de descrioulização, recuperou-se a regra, sob certas circunstâncias, como, por exemplo, a pluralização do sintagma nominal dependente da ordem de seus constituintes e a concordância verbo-sujeito dependente da saliência morfológica do verbo.

Ele agrega que as soluções encontradas pelo PB são documentadas em outras variedades crioulas tanto do português quanto do espanhol. Além disso, nas línguas banto, ioruba e ibo a marcação do plural se faz mediante prefixos ou clíticos, sempre localizados no começo da expressão. Finalmente, ele aduz outras evidências linguísticas, merecedoras de uma análise mais acurada: a contribuição lexical dos africanos, o desuso em que caíram largas partes do paradigma verbal, a perda do traço de pessoa do pronome reflexivo *se*, como em *nós se conhecemo aqui*, por exemplo.

Do ponto de vista da organização social brasileira, a questão crucial é, segundo Guy, como o português poderia ter evitado a crioulição? Segundo ele, até 1850 o país recebeu 3,6 milhões de escravos, 38% de todo o tráfico negreiro em todos os tempos, nove vezes mais que os africanos levados para os Estados Unidos. Os brasileiros brancos constituíam um grupo minoritário. Portanto, todas as condições se reuniram aqui para a formação de crioulos.

Por que então teria ocorrido uma rápida descrioulização do PB? Por causa da maciça europeização do país, que ocorreria sobretudo após o século XIX, fato não ocorrido no Haiti e na Jamaica, em que a população negra ainda é de 90% hoje em dia. Tivemos, assim, um quadro de crioulição atípica, que conduziu o PB a uma situação complexa em seu desenvolvimento linguístico, nem tipicamente crioulo, nem tipicamente não crioulo.

Admitindo-se uma origem quase crioula do português popular brasileiro, pode-se chegar a uma explicação unificada para as descrições dos dialetos rurais criouliçados, que testemunham ainda hoje um estágio altamente criouliçado da variedade popular, anteriormente bastante espalhada pelo território. Em suma, o português popular brasileiro seria um vestígio da fase crioula.

Nem todo mundo concorda com Gregory Guy. Tarallo (1986/1993), por exemplo, argumenta que a descrioulização suposta por Guy nos teria levado de volta ao PE, o que não se pode comprovar. Para essa volta,

o PB teria literalmente que se virar pelo avesso e de ponta-cabeça. Sujeitos teriam que começar a ser nulos outra vez [...], enquanto objetos teriam que começar a receber pronomes clíticos outra vez. No caso dos sujeitos, a gramática do PB teria que deixar sua configuração sintática e começar a ser mais orientada para o discurso; com respeito aos objetos, a variável discursiva teria que ser substituída por uma orientação mais sintática na sua derivação.

Ele argumenta que a hipótese crioula não deveria “permanecer em nossa agenda”, pois o PB em seu processo de mudança não se aproxima do PE. Se tivéssemos tido um crioulo no Brasil, a europeização do país ocorrida no século XIX teria desencadeado um processo de descrioulização, e hoje estaríamos falando como os portugueses.

Mas os estudos crioulistas retomaram sua força na década de 1990. Hildo Honório do Couto funda a revista *Papia*, considerando que “os crioulos de base ibérica [...] permanecem quase inexplorados”. Alan Baxter e Dante Lucchesi redefiniram o crioulo do ponto de vista da história social como “uma língua que nasce em circunstâncias sociolinguísticas especiais que conduzem à



aquisição de uma primeira língua, com base em um modelo defectivo de segunda língua” (Baxter / Lucchesi, 1997: 69). Do ponto de vista de sua estrutura, eles mostraram que “a partir da década de 60, os linguistas começaram a insistir no fato de as línguas crioulas apresentarem fortes semelhanças estruturais, quaisquer que tenham sido as línguas envolvidas em sua formação” (Baxter / Lucchesi, 1997: 70). Eles mencionam a definição atual de crioulo:

Um processo de transmissão irregular de L2 para L1 em que a L2 foi alterada devido a problemas de acesso à língua alvo (isto é, a língua do grupo dominante) e, possivelmente, à influência das línguas maternas dos falantes desta L2. Nessas circunstâncias, no desenvolvimento, na aquisição/criação da nova L1 (a língua crioula em potencial), acontecem inovações orientadas por universais e pelas outras línguas maternas presentes. As inovações preenchem as lacunas ou opacidades causadas pela diluição do modelo para aquisição. Tal processo é variável.

Esses autores têm aplicado esse quadro teórico ao estudo do crioulo de Helvécia, Bahia.

Como você pôde ver, a interpretação crioula do português brasileiro é uma forte tentação, uma ideia que vai e que vem, e que aparentemente não nos larga.

Mas, então, quando o PB começou a se afastar do PE?

Pesquisas orientadas por Fernando Tarallo e Mary Kato a partir da década de 1980 localizam no século XIX o momento crucial desse afastamento. O programa então lançado recomendava o estudo dos pronomes pessoais, cujas alterações teriam consequências sintáticas importantes, tais como a perda da inversão do sujeito, seu preenchimento mais sistemático, o não preenchimento do objeto direto, a mudança nas estratégias de relativização etc., num conjunto de características não documentadas no PE da mesma época. Desse programa surgiram muitas evidências sobre o distanciamento entre o PB e o PE. Várias das pesquisas então desenvolvidas foram reunidas no livro de Roberts / Kato (orgs. 1993).

O século XIX, com seu forte branqueamento da população brasileira da região Sudeste e Sul, ainda vai dar muito o que falar. Teria a europeização brusca do país e suas novas circunstâncias econômicas afetado o PB dessas regiões? Essa interpretação é parcialmente negada pelos que acham que debaixo de nossos coqueiros continuamos mesmo é a falar o português arcaico, que desembarcou das caravelas no século XVI juntamente com a mania da saudade, e uma vontade louca de sair catando índias e pepitas de ouro por aí. Estamos chegando à terceira linha interpretativa da língua que falamos.

Se você se interessou pelo assunto, além da bibliografia indicada nesta seção, leia Valkhoff (1966) e o minucioso balanço sobre a questão crioula em Parkvall / López (2003).

### 3.3.3. O PORTUGUÊS BRASILEIRO É UMA CONTINUAÇÃO DO PORTUGUÊS ARCAICO?

Outros linguistas sustentam que as línguas naturais mudam continuamente com o tempo, obedecendo porém a linhas de força desenhadas por sua própria estrutura (veja 1.3.3). Descrever a estrutura é identificar essas linhas de força, tecnicamente conhecidas como derivas. Por outras palavras, de acordo com essa perspectiva, primeiro descreva sua língua, depois, localize em sua estrutura os pontos de tensão, responsáveis por sua mudança ao longo dos séculos. Esta é a percepção estruturalista sobre a história das línguas.

De acordo com este ponto de vista, o PB resulta de uma mudança natural, explicada por tendências evolutivas que tinham começado já na península ibérica, e com isso poderíamos dizer que o PB é uma continuação do português arcaico. Sobre essa base linguística se aplicariam ajustes, dando continuidade a uma deriva própria constituída naquela fase da língua. Nesse sentido, a pergunta a fazer não será “por que o PB tomou rumos diversos em relação ao PE”, mas sim “por que a modalidade europeia não mudou na mesma direção”, tendo optado por outros rumos.



Mas como era o português arcaico? Mattos e Silva (1994) reconhece aí duas fases históricas: a primeira fase, também conhecida como a do galego-português, vai de 1100 a 1350; a segunda fase vai dessa data até 1540. Carneira (1999/2005) separa nesta segunda fase o português médio, que vai aproximadamente de 1450 a 1510, com características que o separam das fases anterior e posterior. A língua portuguesa passou por uma crise nesta fase. Essa deve ter sido a língua adquirida pelos colonizadores, antes de chegarem à América. O PB deriva desse português médio.

No quadro a seguir são reunidas as principais diferenças entre o português arcaico da primeira e da segunda fases.

Quadro 3.7 – Características do português arcaico das duas fases

PRIMEIRA FASE	SEGUNDA FASE
FONOLOGIA	
Quatro fonemas sibilantes, sendo dois pré-dorsoalveolares /s/ e /z/, mais dois apicoalveolares /ʃ/ e /ʒ/.	Redução para dois fonemas sibilantes pré-dorsoalveolares /s/ e /z/.
Surgimento de hiatos dada a queda de consoante intervocálica: <i>sigillu &gt; scello, fide &gt; fee, medesimo &gt; meesimo, tenere &gt; teer.</i>	Crase das vogais do hiato: <i>selo, fé, mesmo, ter.</i>
Perda da consoante nasal intervocálica e surgimento de vogais nasais finais: <i>-ane &gt; am (cane &gt; cam), -one &gt; om (sermone &gt; sermom), -onu &gt; om (bonu &gt; bom), -unt &gt; om (fecerunt &gt; fezerom)</i>	Ditongação dessas nasais finais, com predominância de <i>-om</i> , que muda para <i>-ão</i> , como em <i>cão, sermão, fizeram, bão</i> , esta uma forma curiosamente não aceita na língua culta.
MORFOLOGIA	
Palavras em <i>-or</i> e <i>-es</i> são uniformes quanto ao gênero: <i>hum/hua pastor português.</i>	Regularização dessas palavras, que passam a receber {-a} para a marcação do feminino: <i>hua pastora portuguesa.</i>
Particípios dos verbos em <i>-er</i> terminam por <i>-udo</i> : <i>teúdo, sabudo.</i>	Esses particípios passam a terminar em <i>-ido</i> : <i>tido, sabido</i> . A forma <i>teúdo</i> sobrevive em <i>conteúdo</i> .
Manutenção do /d/ no morfema número-pessoal <i>-des</i> , como em <i>amades, fazedes.</i>	Perda desse fonema, surgindo hiatos, tais como em <i>amaes, fazees</i> , ditongados posteriormente, donde <i>amais, fazeis</i> . Manutenção em verbos monossilábicos: <i>ides, vindes, pondes.</i>
O pronome possessivo tem formas tônicas ( <i>meu/ minha, teu/tua</i> ) e átonas ( <i>ma, ta, sa</i> ).	Desaparecem as formas átonas.

Para bem situar as ligações entre o PB e o PE arcaico da segunda fase, precisaremos dispor de uma caracterização sintática precisa deste último, o que por ora é um conhecimento em construção. É o que veremos nos parágrafos seguintes.

Câmara Jr. (1957b) foi o primeiro a defender a hipótese da deriva ou mudança natural quando procurou uma razão estrutural, interna, para explicar o uso brasileiro do *ele* acusativo, na expressão *eu vi ele*. Câmara Jr. argumenta que a próclise do clítico *o* ao verbo cria um vocábulo fonético em que o pronome, aí tratado como uma vogal átona, desaparece, comprometendo a representação do objeto direto. Foi necessário escolher outro pronome para o preenchimento dessa função. Quer dizer, se disséssemos *eu o vi*, as duas últimas palavras soariam como [uvi], em que *u* será tratado como uma vogal átona qualquer, candidada a desaparecer, como fazemos com a primeira vogal de



*imagina!*, que dizemos habitualmente [*magina*]. O problema é que em [*magina*] o *i* inicial não tem um papel gramatical, ao passo que em [*uvi*] a primeira vogal é o objeto direto de *ver*, e faz uma falta danada! Para ajeitar as coisas, passou-se a usar o pronome *ele*, sempre segundo Câmara Jr., e com isso temos hoje em dia *eu vi ele*. Perdeu-se o clítico *o*, mas ganhou-se o *ele* acusativo, título do famoso ensaio de Câmara Jr.

Ele retornaria ao tema, excluindo a possibilidade de um crioulo de base indígena, porque as línguas indígenas “foram substituídas no intercuro dos índios com os brancos por uma língua única – o chamado tupi”, restringindo-se aos empréstimos léxicos sua contribuição ao PB. Quanto às línguas africanas, “os escravos negros adaptaram-se ao português sob a forma de um falar crioulo. [...] É claro, entretanto, que não se dariam mudanças fonológicas e gramaticais profundas sem correspondência com as próprias tendências estruturais da língua portuguesa” (Câmara Jr., 1963: 75, 77). Como se vê, Câmara Jr. gradua o impacto das línguas indígenas e africanas sobre o PB e, embora admita a existência de um crioulo africano, em nenhum momento afasta a hipótese da mudança natural, ou hipótese da deriva.

Naro (1981, 1991) sustenta que há dois caminhos para a mudança sintática: ou ela parte de uma inovação surgida nos contextos menos salientes, no sentido de menos perceptíveis, e se irradia para os mais salientes – e aqui teríamos a mudança natural – ou, ao contrário, ela tem início em contextos mais salientes, atingindo os menos salientes – caso da mudança “consciente”, ou mudança “por imitação”.

A saliência, portanto, governaria a difusão da mudança. Sendo ela um dado da estrutura linguística, fica excluída a influência de fatores externos. A perda da concordância no PB popular é um caso de mudança natural, tendo surgido em formas do tipo *come/comem*, irradiando-se para casos como *é/são*, numa mudança ainda não implementada. A recuperação da concordância nestes casos de saliência maior explica-se pela descrioulização, limitando-se às classes escolarizadas. Contra a hipótese crioulista, Naro agrega, também, que a preexistência da língua geral inibiu o desenvolvimento do crioulo, que aliás nunca foi documentado suficientemente. Dentro dessa linha de raciocínio, comunidades negras como a do Cafundó falam o PB popular, que elas praticariam juntamente com um crioulo africano, caso este tenha existido. Mas, como objeta Mussa (1995: 49), será necessário provar que os escravos falavam a língua geral.

Com base em evidências sintáticas, Moraes de Castilho (1998/2001) especifica a variedade quatrocentista como aquela que mais contribuições teria dado ao PB. Argumentando que a base do PB não pode ser o PE seiscentista – que ainda não existia, pois o povoamento do Brasil teve início a partir de 1532 –, ela relaciona várias características sintáticas, comumente atribuídas à emergência de uma gramática do PB, que entretanto são amplamente documentáveis no século xv. Construções de tópico (como em *O menino, ele acabou de chegar*), duplicação de clíticos de que resultariam alterações no quadro pronominal (como em *eu não te falei pra você?*), possessivos duplicados (como em *leve o seu livro dele*, construção que explica a utilização de *dele* como possessivo da terceira pessoa, especializando-se seu como possessivo da segunda pessoa) e outros fatos sintáticos demonstram uma vez mais que a pergunta não é por que o PB ficou como ficou, e sim por que o PE tomou um rumo inesperado, afastando-se do português arcaico. Esse trabalho dá vida nova aos muitos estudos que documentam arcaísmos fonéticos e lexicais no PB, tais como Penha (1997), ou que discutem aspectos da ancianidade do PB, como Cohen et al. (1997), Oliveira (1998a, 1998b). A grande diferença é que agora são acionados argumentos sintáticos. Ainda se espera muito dos desdobramentos desta perspectiva.



### 3.3.4. PRINCIPAIS DIFERENÇAS ENTRE O PORTUGUÊS BRASILEIRO E O PORTUGUÊS EUROPEU

O tipo de língua portuguesa trazida para o Brasil, os contatos linguísticos com índios, africanos e as línguas de migração, a intensa urbanização do país e o avanço da fronteira agrícola, misturando os falares sulistas aos nordestinos, tiveram como resultado muito provavelmente a manutenção do português arcaico do século xv, com pequenas contribuições trazidas pelos não-falantes do português. Era esse o momento histórico da língua praticada pelos portugueses que embarcaram para cá.

No quadro a seguir são enumeradas as principais diferenças atuais entre o PB e o PE. Esse quadro não tem a pretensão de ser exaustivo.

Quadro 3.8 – Diferenças entre o português brasileiro e o português europeu

PORTUGUÊS BRASILEIRO	PORTUGUÊS EUROPEU
FONÉTICA E FONOLOGIA	
Há 7 vogais tônicas: /a/, /e/, /ɛ/, /i/, /o/, /ɔ/, /u/. Não se distingue a vogal temática {-a-} no presente e no pretérito: <i>falamos</i> . A vogal [e] se mantém como anterior média fechada antes de palatal: <i>espelho</i> , <i>fecho</i> .	Há 8 vogais tônicas: /a/, /ɐ/, /e/, /ɛ/, /i/, /o/, /ɔ/, /u/, distinguindo-se um /a/ central baixo no presente, <i>falamos</i> , de um /ɐ/ mais alteado no pretérito, [ <i>fa'lwms</i> ]. A vogal [e] antes de palatal é dita [ə]: <i>espelho</i> [iʃ'pɛlu], <i>fecho</i> [ˈfɛʃu].
Há 5 vogais átonas pretônicas, e todas soam claramente: /a/, /ɐ/, /i/, /o/, /u/. Todas elas são pronunciadas, e assim não se confunde <i>de frente</i> com <i>diferente</i> . Nessa distribuição, não há distinção entre [e] fechado e [ɛ] aberto, e por isso pronunciam-se da mesma forma <i>pregar um prego</i> e <i>pregar na igreja</i> .	Há 8 vogais átonas pretônicas, em que [e] fechado move-se para [ɛ̃], como em <i>pêqueno</i> , mas a tendência é omiti-las, como em <i>telefone</i> [tulfôn], <i>pedido</i> [p'didu] etc. Pedir num hotel <i>um apartamento de frente</i> será entendido como “um apartamento diferente”. Nessa distribuição, distingue-se [e] de [ɛ], e por isso pronunciam-se diferentemente <i>prêgar um prego</i> e <i>prêgar na igreja</i> .
Há 3 vogais átonas finais: /a/, /i/, /u/, os dois últimos escritos com <i>e</i> , <i>o</i> : <i>pata</i> , <i>pede</i> , <i>peço</i> .	Há 3 vogais átonas finais: /ɐ/, /e/, /u/.
O ditongo oral <i>ey</i> pode manter-se ou monotongar-se ( <i>terreiru/terrêru</i> ) e o ditongo nasal <i>ẽy</i> mantém-se, como em <i>bem</i> , dito [bẽy].	Esses ditongos soam como [ɛy] e [ãy]: <i>terreiro</i> [t'rreyru], <i>bem</i> [bãy].
Ditonga-se a vogal final seguida de sibilante: <i>luz</i> [ˈluys], <i>atrás</i> [aˈtrays].	Não há essa ditongação.
Sílabas terminadas por oclusiva recebem uma vogal, transformando-se em sílabas abertas: <i>adevogado</i> , <i>abis-soluto</i> , <i>pissicologia</i> .	Essas sílabas soam fechadas: <i>advogado</i> , <i>absoluto</i> , <i>psico-logia</i> .
Pronuncia-se da mesma forma a consoante [-l] e a semivogal [-w] em posição final: o advérbio <i>mal</i> e o adjetivo <i>mau</i> são pronunciados da mesma maneira.	O [-l] é lateralizado, como no PB do Rio Grande do Sul, não se confundindo com a semivogal [-w].
O [r] pode ser vibrante simples ( <i>caro</i> ), vibrante múltipla anterior ( <i>carro</i> ), vibrante múltipla posterior [káRu] ou velar surda [káxu].	Predomina a vibrante múltipla anterior, como no espanhol.
MORFOLOGIA	
Simplifica-se a morfologia nominal, com a perda de {-s} indicador de plural na variedade popular, menos no Especificador, tanto quanto na morfologia verbal, em que a pessoa <i>tu</i> foi substituída por <i>você</i> .	A morfologia nominal e verbal não apresentam essas simplificações, exceto em alguns falares regionais.



<p>O quadro dos pronomes pessoais tônicos apresenta quatro formas: <i>eu/você/ele/nós</i>, que alterna com a <i>gente/elas</i>. A morfologia verbal acompanha essa simplificação, reduzindo-se a 4 formas: <i>falo, fala, falamos, falam</i>. Em consequência, mudarão as regras de concordância do verbo com o sujeito.</p>	<p>O quadro dos pronomes pessoais tônicos apresenta seis formas: <i>eu/tu/ele/nós/vós/eles</i>. A morfologia verbal dispõe de 6 formas diferentes: <i>falo, falas, fala, falamos, falais, falam</i>.</p>
<p>O quadro dos pronomes pessoais átonos (ou clíticos) apresenta as formas: <i>me, te, nos</i>, tendendo a desaparecer (i) o acusativo <i>o</i>: <i>Ainda não vi Ø hoje</i>, (ii) o acusativo <i>te</i>, substituído por <i>para você</i>: <i>Preciso falar uma coisa pra você</i>, e (iii) o reflexivo <i>se</i>, que se generaliza como reflexivo universal, no PB popular: <i>Nos nossos dias não Ø usa mais saia, Eu não se alembro</i>.</p>	<p>O quadro dos pronomes pessoais átonos apresenta seis formas: <i>me, te, se/si, nos, vos</i>. O reflexivo <i>si</i> pode se referir ao interlocutor: <i>isto é para si</i>.</p>
<p>SINTAXE</p>	
<p>No tratamento, usa-se <i>você</i> quando há intimidade, e <i>o senhor</i> nas situações formais. Essa forma continua a alterar-se, surgindo <i>ocê</i> e <i>cê</i>. Nas regiões em que se mantém <i>tu</i> no tratamento informal, o pronome <i>você</i> marca certo distanciamento.</p>	<p>Até o século XVI, usava-se <i>tu</i> para o tratamento informal e <i>vós</i> para o tratamento formal. <i>Vós</i> era substituído por <i>Vossa Mercê</i> para dirigir-se ao rei, depois aos nobres (e aí o rei passou a ser tratado por <i>Vossa Majestade, Vossa Alteza</i>). <i>Vossa Mercê</i> foi em seguida aplicado ao tratamento cerimonioso da burguesia, vindo finalmente a concorrer com <i>tu</i>, mudando para <i>você</i>.</p>
<p>O pronome <i>ele</i> pode funcionar (i) como objeto direto: <i>Maria viu <u>ela</u></i>, (ii) redobrar uma construção de tópico: <i>A Maria, <u>ela</u> ainda não chegou</i>, (iii) aparecer na oração relativa copiadora: <i>O menino que <u>ele</u> chegou</i> (veja 9.2.3).</p>	<p><i>Ele</i> só funciona como sujeito, o objeto direto pronominal é expresso por <i>o</i>, não existem construções de tópico nem relativas copidoras.</p>
<p>Os pronomes átonos, por serem na verdade semiátonos, podem iniciar sentença, preferindo-se a próclise: <i>Me passa o bife. Mim</i> pode aparecer como sujeito de infinitiva preposicionada, em <i>Isto é para mim fazer</i>.</p>	<p>Os pronomes átonos não podem iniciar sentença, preferindo-se a ênclise: <i>Passa-me o bife</i>. O sujeito da infinitiva preposicionada vem no caso reto: <i>Isto é para eu fazer</i>.</p>
<p>Usa-se <i>ter</i> em lugar de <i>haver</i> nas construções existenciais: <i>Hoje não tem comida</i>.</p>	<p>Usa-se apenas <i>haver</i> nas construções existenciais: <i>Hoje não há comida</i>.</p>
<p>Verbos de movimento são construídos com a preposição <i>em</i>: <i>Vou na feira</i>.</p>	<p>Verbos de movimento são construídos com a preposição <i>a</i>: <i>Vou à feira</i>.</p>
<p>Ocorre a negação dupla: <i>não sei, não</i>.</p>	<p>Prefere-se a negação simples: <i>não sei</i>.</p>
<p>Amplia-se o uso das perífrases <i>estar + gerúndio</i> e <i>ir + infinitivo</i>, substituindo neste caso a forma do futuro do presente: <i>estou falando, vou falar</i>.</p>	<p>Prefere-se a perífrase <i>estar + a + infinitivo</i>, mais recente que a anterior: <i>estou a falar</i>. A forma simples do futuro é vivaz.</p>
<p>Preenche-se o lugar de sujeito e elide-se o objeto direto: <i>Ele já viu Ø</i>. O sujeito elíptico é interpretado como um participante indeterminado: <i>usa saia quer dizer "alguém usa saia"</i>.</p>	<p>Elide-se o sujeito e preenche-se o lugar do objeto direto com o clítico <i>o</i>: <i>Ø já o viu</i>. O sujeito elíptico é interpretado como um participante determinado: <i>usa saia quer dizer "determinada pessoa usa saia"</i>.</p>
<p>O sujeito vem anteposto ao verbo, e o objeto direto, posposto: <i>Maria comeu o chocolate</i>. O objeto direto pode ser deslocado para a esquerda, sem retomada por um clítico: <i>O chocolate, Maria comeu</i>.</p>	<p>O sujeito pode vir posposto ao verbo e o objeto direto pode ser deslocado para esquerda, com retomada por um clítico: <i>O chocolate, comeu-o Maria</i>.</p>

Num primeiro momento, os brasileiros têm dificuldades ao ouvir um português falar. A omissão das vogais átonas cria encontros consonantais estranhos ao ouvido dos brasileiros, como [tf], em *telefone* [tfɔn], entre outros. É preciso "treinar um pouco o ouvido".



É verdade que mesmo no Brasil se notam diferenças geográficas e socioculturais na fala dos brasileiros, mas são de outra ordem, não derivam do forte encurtamento das palavras, da manutenção dos clíticos, e de várias outras propriedades europeias anotadas no Quadro 3.8.

Há todo um domínio inexplorado nessas comparações, radicados na Pragmática da língua. Apresentamos alguns problemas dessa ordem em 2.2.2.5.

Neste começo do século XXI, as coisas estão assim. Como serão no futuro? Não sabemos, a Linguística ainda não é uma ciência capaz de prever o futuro.

### 3.3.5. A HORA E A VEZ DO PORTUGUÊS BRASILEIRO

Neste começo de milênio, o português é a quinta língua do mundo em extensão territorial, e a oitava em número de falantes, com mais de 200 milhões de praticantes, 185.974.254 dos quais brasileiros, na estimativa que faz o IBGE (veja em [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)).

Considerando o número de falantes, esta é a lista das dez línguas mais faladas no mundo: (1) mandarim, 885 milhões de falantes, (2) hindi, 497 milhões, (3) inglês, 440 milhões, (4) espanhol, 380 milhões, (5) russo, 277 milhões, (6) árabe, 246 milhões, (7) bengali, 211 milhões, (8) português, 200 milhões, (9) malásio, 157 milhões, (10) francês, 129 milhões. Estudos sobre o crescimento demográfico preveem que por volta de 2025 o português subirá para a sétima posição, com 285 milhões, e o espanhol cairá para a quinta posição, com 484 milhões.

A importância internacional do português crescerá na mesma velocidade em que Brasil, Portugal e a África portuguesa se tornarem importantes entre as nações do planeta. Por sua dimensão territorial e populacional, o futuro da língua portuguesa repousa no dinamismo da nação brasileira.

A população brasileira tem a seguinte distribuição: 43% na região Sudeste (Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo), 29% na região Nordeste (Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia), 14% na região Sul (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul), 7% na região Norte (Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará, Amapá e Tocantins) e 7% na região Centro-Oeste (Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Goiás e Distrito Federal), em percentuais aproximados.

As mudanças do PB certamente decorrerão do rápido processo de urbanização. A metropolização do país reforçará seu policentrismo cultural. A fala das metrópoles influenciará as regiões adjacentes, configurando mais fortemente o que já é perceptível neste começo de século: mais de um padrão assinalará o PB. Por ora é ainda difícil prever que rumo tomará a língua dos brasileiros. Mas parece inevitável que PB e PE aprofundem suas diferenças.

A crescente importância do Brasil no cenário internacional mostra claramente que chegou a hora e a vez do português brasileiro. Chegou a hora, também, para que se trace uma vigorosa política linguística para o PB, ancorada em sua continuada documentação e análise, no estudo de sua história, na melhoria de seu ensino como língua materna e numa grande cruzada em favor da difusão do PB como língua estrangeira, em que Portugal tem reinado soberano com seu Instituto Camões. A hora é esta. Vamos ajudar os portugueses a difundir a língua.

#### LEITURAS SOBRE A HISTÓRIA DO PORTUGUÊS EUROPEU

Para trabalhos de conjunto sobre a história da língua portuguesa, veja Piel (1933-1940, 1942), Meier (1948, 1961), Silva Neto (1952/1957), Valkhoff (1966), Morais-Barbosa (org. 1967), Câmara Jr. (1972), Baldinger (1962), Maia (1986), Castro et al. (1991), Castro (2004/2006), Mattos e Silva (1989, 1991, 1993, 1994, 2008), Stroud / Gonçalves (orgs. 1997), Silva / Osório (2008).



Sobre o latim vulgar, veja Maurer Jr. (1962), Haadsma / Nuchelmans (1963), Herman (1975). Sobre o latim vulgar no conspecto românico, veja Diez (1876), Jordan / Manoliu (1972), Miazzi (1972), Renzi (1976-1982), Ilari (1989/2004), Bassetto (2001). Para uma gramática do latim vulgar, veja Maurer Jr. (1959).

Sobre a contribuição germânica, veja Gamillscheg (1932), Piel (1933-1940, 1942), Maurer Jr. (1952: 66 e ss.), Bueno (1955/1995: 43-45), Meier (1961), Lapesa (1962/1968: 77-92), Silva Neto (1952/1957: 317-331).

Sobre a contribuição árabe, veja Souza (1830), Lopez (1897), Dozy / Engelman (1915), Steiger (1932), Asín Palacios (1940), Machado (1952), Herculano de Carvalho (1968).

Sobre o português arcaico, veja Cintra (1963, 1986-1987), Costa (1979), Maia (1986, 1994: 42-43), Martins (1985), Mattos e Silva (1989, 1991, 1994, 2008), Castro et al. (1991), Moraes de Castilho (1998/2001, 2005a).

#### LEITURAS SOBRE A HISTÓRIA DO PORTUGUÊS BRASILEIRO

Para obras de conjunto sobre a história do português brasileiro, veja Révah (1958, 1959), Roberts / Kato (orgs. 1993), Castilho (org. 1998, 1998d, 2003c/2006, 2008), Megale (org. 2000), Mattos e Silva (org. 2001), Duarte / Callou (orgs. 2002), Alkmim (org. 2002), Azevedo (2005), Lobo et al. (orgs. 2006), Ramos / Alkmim (orgs. 2007), Aguilera (org. 2008).

Sobre a história social do português brasileiro, veja Bosco / Jordão Netto (1967), Hensey (1967, 1975), Mendonça (1935/1973), Benatti (1974), Jeroslav (1974), Rodrigues (1986), Tarallo (1986/1993), Tarallo / Alkmim (1987), Vogt / Fry (1985, 1990, 1996), Assis (1988), Castro (1980, 2001), Guy (1981, 1989), Rodrigues (1986, 1993), Elizaincín / Behares / Barrios (1987), Baxter / Lucchesi (1993, 1997), Gonçalves (1994), Mussa (1995), Bortoni-Ricardo (1985), Pessoa (2001, 2002, 2003), Tânia Alkmim (2001), Groppi (2001), Gonçalves / Ferreira (2001), Lucchesi (2001), Venâncio (2001), Vitral (2001), Duarte / Lopes (2002), Ribeiro (2002), Oliveira / Kewitz (2002), Ramos / Venâncio (2002), Parkvall / Álvares López (2003), Mariani (2004), Bacellar (2005), Oliveira / Pereira (2006), Barbosa (2007a), Pagotto (2007).

Sobre a mudança gramatical do PB, veja Penha (1970), Naro (1981), Tarallo (1991/1993), Roberts / Kato (orgs. 1993), Naro / Scherre (1993), Duarte (1993), Torres Morais (1993, 1998, 1999a, 1999b), Ribeiro (1993, 1995a, 1995b, 1998, 2001, 2002), Monteiro (1994), Gonçalves (1996, 1998, 2004), Cyrino (1997, 1998, 2000, 2001), Castilho (1997a, 2002c, 2002d/2005, 2003a/2007, 2003b/2006, 2003c/2006, 2004a, 2004d), Lima-Hernandes (1997, 2005a), Mattos e Silva (1998, 2000b, 2001a, 2001b, 2002b), Moraes de Castilho (1998/2001, 2004a, 2005b, 2006, 2008), Callou (1998), Ramos (1998a, 2001a), Poggio (1999/2002), Vitral / Ramos (1999), Vitral (2000), Lobo (2001), Mello / Holm (2001), Lopes (1999/2002, org. 2005), Callou / Duarte / Avelar (2001), Salles (2001b), Callou / Avelar (2002), Cavalcante (2001), Torres Morais (1998, 1999a), Ramos (1998b), Oliveira (1998a), Negrão (1999), Barbosa (2000), Brandão / Callou / Duarte (2000), Kewitz / Oliveira (2002), Cyrino / Reich (2002), Olinda (2002), Roncarati / Abraçado (orgs. 2003), Gonçalves (2003), Cafezeiro (2002), Zilles (2002, org. 2005), Módolo (2004), Santiago-Almeida / Cox (orgs. 2005), Kato et al. (2006), Gonçalves / Lima-Hernandes / Galvão (orgs. 2007), Simões (2007), Kewitz / Simões (2009).

Sobre a história do léxico do PB, veja Aguilera (2002), Viaro (2004), Lima-Hernandes (2005b).

Para um quadro cronológico sobre dicionários e gramáticas do português, veja no capítulo "Os sistemas linguísticos" o Quadro 2.8.